

O FUNCIONALISMO E O ENSINO DE GRAMÁTICA: CONTRIBUIÇÕES PARA A PRÁTICA PEDAGÓGICA DO PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA

BRITO, Luan Talles de Araújo¹

Aluno do Programa de Pós-Graduação em Letras – PPGL/UERN

luantalles_tdb@hotmail.com

VIEIRA, Demóstenes Dantas

Aluno do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Humanas – PPGCISH/UERN

literaturaevida@yahoo.com.br

SOUZA, José Marcos Rosendo de²

Aluno do Programa de Pós-Graduação em Letras – PPGL/UERN

mark_city@hotmail.com

RESUMO

O presente artigo, de natureza bibliográfica, suscita uma discussão orientada pelos seguintes questionamentos: teriam tido a Gramática Tradicional e a Linguística alguma motivação comum nas suas origens? Quais os traços distintivos, delineados ao longo da história dos estudos da linguagem, entre essas duas áreas? E ainda: os postulados da ciência da linguagem contribuem, de alguma forma, para o ensino de gramática? Por conseguinte, verificamos como os estudos linguísticos do Funcionalismo norte-americano fornecem subsídios para o ensino de gramática, tendo em vista que os conceitos abordados por essa área de investigação auxiliam na superação de algumas limitações da Gramática Tradicional. Neste sentido, o olhar crítico acerca das posturas adotadas pela Gramática Tradicional e pela Linguística, desde os seus primórdios, ante os fenômenos languageiros, permite-nos vislumbrar, ao longo de nosso trabalho, três tipos de relações estabelecidas entre estas duas áreas: a) *proximidade*; b) *distanciamento*; e c) *complementaridade*. Desse modo, a discussão proposta se fundamenta nos estudos de Bagno (2001), Bakhtin (2010), Carboni (2008), Furtado da Cunha (2012), Furtado da Cunha, Bispo e Silva (2013), Marcuschi (2000, 2010), Naro e Votre (2012), Petter (2002), entre outros.

PALAVRAS-CHAVE: Gramática Tradicional. Linguística. Funcionalismo.

¹ Bolsista da CAPES.

² Bolsista da CAPES pelo OBEDUC.

Introdução

Artigos, livros e pesquisas de estudiosos contemporâneos da linguagem, defendem os traços distintivos entre a Gramática Tradicional e Linguística, o que é explicitado na oposição do caráter *normativo x descritivo* atribuído a essas áreas, respectivamente. Mas será que a GT e a Linguística não partilharam algo em comum nas suas origens? Fornecemos subsídio teórico para a resolução dessa questão no primeiro subtópico do presente artigo, “Breve percurso histórico sobre o estudo da linguagem”.

No segundo subtópico, “Gramática *versus* Linguística: *normativo/descritivo versus* *descritivo/explicativo*”, discutimos justamente as características, delineadas ao longo da história dos estudos da linguagem, que distinguem essas áreas. De um lado, vemos a GT se deter na prescrição de normas linguísticas, assumindo uma postura normativa. De outro, destacamos como a Linguística se encarrega pela descrição e explicação dos fenômenos linguísticos.

Nos subtópicos “A linguagem sob a ótica funcionalista” e “A Linguística Centrada no Uso e o conceito de gramática emergente”, apresentamos as principais contribuições da vertente funcionalista para o entendimento dos fenômenos linguísticos, como a defesa de que a estrutura da língua emerge a partir do seu uso.

Em seguida, discutimos a importância de alguns conceitos estudados pelo Funcionalismo norte-americano para uma melhoria da prática pedagógica do professor de Língua Portuguesa, no que se refere ao ensino de gramática. Dessa forma, deixamos o convite para que os interessados pela temática, os professores de Língua Portuguesa e as instituições e órgãos responsáveis pela formação inicial e continuada desses profissionais, busquem cada vez uma melhoria e constante atualização do ensino de língua materna, tendo em vista as modernas teorias linguísticas desenvolvidas na academia.

1 Breve percurso histórico sobre o estudo da linguagem

Há muito tempo a linguagem desperta o interesse do ser humano, seja por meio do mito, da lenda, do canto, do ritual ou do trabalho erudito de alguns estudiosos. De acordo com Petter (2002), o século !V a. C. marca o início dos estudos acerca dessa capacidade humana. Por motivos de cunho religioso os hindus se empenharam no estudo de sua língua com o objetivo de evitar possíveis alterações dos textos sagrados do *Veda*, quando estes fossem proferidos.

Pouco tempo depois, despertou-se o interesse dos gramáticos hindus, dentre eles Panini (século IV a. C.), na descrição minuciosa de sua língua, fornecendo assim modelos para a análise linguística que somente foram descobertos pelos ocidentais ao final do século XVIII. Carboni (2008, p. 16) converge com Petter (2002) ao argumentar que “A elaboração da gramática hindu por Panini estaria ligada à preocupação em conservar o sânscrito, língua antiga, considerada perfeita, que veiculava a literatura védica”.

Os gregos, por sua vez, interessaram-se em discutir se existia ou não uma relação entre a palavra e o conceito a que ela se refere; o que se torna perceptível texto do filósofo Platão, *Crátilo*. Já o filósofo grego Aristóteles preocupou-se em analisar precisamente a estrutura da língua grega, elaborando uma teoria da frase, delimitando os as partes do discurso e estabelecendo algumas categorias gramaticais (PETTER, 2002). Dessa forma, Carboni (2008, p. 17) afirma que Platão e Aristóteles “não estavam interessados na gramática em si, mas na linguagem enquanto instrumento de raciocínio e persuasão”. Todavia, os seus estudos contribuíram significativamente na criação de gramáticas pelos alexandrinos. Daí que se atribui aos gregos a “elaboração de uma classificação gramatical que, na sua estrutura de base, é utilizada até hoje” (CARBONI, 2008, p. 17).

Entre os estudiosos latinos, merece destaque Varrão, o qual esforçou-se por definir a gramática enquanto ciência e arte. Na Idade Média, vemos os *modistas* defendendo a universalidade da estrutura gramatical linguística e que as regras gramaticais poderiam, pois, ser aplicadas a qualquer língua. Entretanto, Carboni (2008, p.22) adverte que nesse período, o estudo da linguagem verbal humana demonstrou pouco avanço, principalmente porque “os gramáticos medievais preocuparam-se unicamente em descrever o funcionamento do latim – língua oficial da Igreja -, para facilitar o seu ensino e a leitura dos textos bíblicos”.

A ideologia religiosa do Cristianismo ganha força no século XVI, quando por meio da Reforma foi impulsionada a tradução dos livros sagrados para outros idiomas, mesmo mantendo-se o status do latim enquanto língua universal. As grandes navegações, por seu turno, ao possibilitar o contato com outros povos, culturas e civilizações, repercutiram na ampliação do conhecimento linguístico até então produzido. Eis que surge assim o primeiro dicionário poliglota, de autoria do italiano Ambrosio Calepino.

Nos séculos subsequentes, XVII e XVIII, ocorre uma continuidade dos estudos desenvolvidos. É o que se percebe com a publicação da chamada *Gramática de Port Royal*, de Claude Lancelot e Antoine Arnaud, a qual serviu de base para a construção de muitas outras gramáticas do século XVII e defendia que a linguagem se fundamenta na razão, refletindo, portanto, o pensamento, e dessa forma os princípios e categorias analíticas gramaticais não se

restringem a uma dada língua, mas “servem de aplicação a toda e qualquer língua” (PETTER, 2002, p. 12).

É pertinente destacarmos também o etnocentrismo presente na gramática de Lancelot e Arnaud, pois nesta os autores defendem a existência de uma língua superior, a qual seria o francês. Entretanto, mesmo apresentando lacunas e limitações,

a Gramática de Port-Royal contribuiu para o avanço da Linguística, ao pensar a linguagem em sua generalidade. Nesse sentido, ela foi abertamente elogiada por Saussure, que a considerou uma primeira tentativa de descrever estados de língua e de proceder a uma análise estritamente sincrônica. (CARBONI, 2008, p. 24).

O contato e conhecimento sobre outras línguas fizeram com que fosse deixado de lado o enfoque mais abstrato da linguagem preponderante nos séculos anteriores, e que no século XIX surgisse o interesse pela análise comparativa de “línguas vivas” e falares e o consequente desenvolvimento de “um método histórico, instrumento importante para o florescimento das *gramáticas comparadas* e da *Linguística Histórica*” (PETTER, 2002, p. 12, grifos do autor).

De modo mais específico, o surgimento da Linguística Histórica é marcado pela publicação da obra de Franz Bopp, em 1816, na qual ele estudou o sânscrito, comparando-o com o grego, o latim, o persa e o germânico. Dessa forma, se intensifica os estudos de parentesco entre essas e outras línguas europeias e mediante o método histórico-comparativo chega-se à língua de origem de todas as outras, o *proto-indo-europeu*. Neste sentido, “o alvo visado, então, não é mais a língua ideal mas a *língua-mãe*. O ideal racionalista cede seu lugar ao ideal *romântico*: não se busca a perfeição, se busca origem” (ORLANDI apud CARBONI, 2008, p. 25, grifos do autor).

Logo depois, interessados por uma melhor compreensão das mudanças linguísticas percebidas nos textos escritos e nas próprias línguas, os estudiosos da linguagem deram a devida atenção à língua falada, o que ocorre até hoje na Linguística Moderna que, apesar de considerar a modalidade escrita, dá ênfase no estudo da modalidade falada da língua, tão deixada de lado nos primeiros estudos da linguagem, como pudemos perceber acima.

A conquista do caráter de cientificidade dos estudos linguísticos ocorre no início do século XX, quando dois dos alunos de Ferdinand de Saussure, Charles Bally e Albert Sechehaye, organizam e publicam, supostamente, as principais ideias discutidas pelo linguista suíço em cursos por ele ministrados. É assim que em 1916 é publicado o *Curso de Linguística Geral*. Sobre essa questão, Petter (2002, 13) defende que:

O método científico supõe que a observação dos fatos seja anterior ao estabelecimento de uma hipótese e que os fatos observados sejam examinados sistematicamente mediante experimentação e uma teoria adequada. O trabalho científico consiste em observar e descrever os fatos a partir de determinados pressupostos teóricos formulados pela Linguística, ou seja, o linguista aproxima-se dos fatos orientado por um quadro teórico específico.

Como pudemos observar ao longo dessa breve discussão, o interesse pelo estudo da linguagem fez com que se desenvolvessem dois caminhos alternativos: a Gramática Tradicional e a Linguística; que embora tenham como origem a busca pela compreensão da capacidade humana de estabelecer comunicação através da linguagem, apresentam também algumas diferenças no que diz respeito à postura que assumem frente os fenômenos linguageiros, as quais serão discutidas nos tópicos subsequentes desse artigo, para em seguida, compreendermos melhor como que os postulados da Linguística, ou nas palavras supracitadas de Petter (2002, p. 13), como que “um quadro teórico específico”, neste caso, o Funcionalismo, pode fornecer subsídios para a prática pedagógica do professor de Língua Portuguesa, no que se refere às aulas de gramática.

2 Gramática versus Linguística: normativo/descritivo versus descritivo/explicativo

Por muito tempo o estudo da linguagem se concentrou exclusivamente na língua dos escritores literários. O início dessa tradição ocorreu em meados do século III a.C., no Egito, especificamente em Alexandria, que na época era fortemente marcada pela cultura grega. Nesse período, os filólogos, engajados no estudo das obras dos clássicos gregos, demonstraram uma preocupação com a situação em que se encontrava a língua grega, já muito diferente da língua utilizada pelos escritores do passado (BAGNO, 2001).

Dessa forma, esses estudiosos iniciaram um trabalho de descrição das regras gramaticais empregadas nessas obras, de modo que os interessados em escrever textos literários em grego, a partir deste momento, tinham à sua disposição um conjunto de regras que serviam como modelo de escrita. Eis que surge assim a Gramática Tradicional. *Gramática*, pois, é uma palavra de origem grega que tem como significado “a arte de escrever bem” (BAGNO, 2001, p. 15). Mesmo tendo passado tanto tempo desde a criação das primeiras gramáticas, torna-se pertinente destacar que:

Essa tradição normativa serve de modelo ainda hoje, principalmente nos países onde há a preocupação em desenvolver e fortalecer uma língua padrão; ela fornece

argumentos para se acreditar que existe uma única maneira correta de se usar a língua. Visto que a norma de correção é prescrita por uma fonte de autoridade, as demais variedades são consideradas inferiores e incorretas. (PETTER, 2002, p. 19).

Neste sentido, o problema não está no fato de uma determinada comunidade linguística adotar convencionalmente um padrão linguístico expresso por meio de uma gramática, mas sim em considerar a Gramática Tradicional como fonte primeira e exclusiva para a compreensão dos fatos languageiros. Devido ao seu caráter normativo e prescritivo, a GT acaba por negando e estigmatizando as variedades linguísticas que não correspondem ao cânone gramatical padrão, repercutindo assim na veiculação de falsas noções sobre a língua e, conseqüentemente, no preconceito linguístico.

Entretanto, mesmo tendo sido criada sob a pretensão de “proteger” a língua *escrita* literária, a gramática passou a ser empregada “como um código de leis, como uma régua *para medir todo e qualquer uso oral ou escrito* de uma língua” (BAGNO, 2001, p. 17, grifo do autor). Daí que proveio a ideia de que se um dado fenômeno linguístico não estiver no escopo das regras da GT, ele passa a ser visto como errado, devendo sofrer necessariamente uma correção.

Por sua vez, todo esse “purismo” inicialmente defendido pelos gramáticos alexandrinos gerou alguns equívocos acerca dos fenômenos languageiros. O primeiro diz respeito à separação rígida entre as modalidades da língua e a conseqüente supervalorização da escrita em detrimento da fala. O segundo refere-se à postura apocalíptica de se compreender os processos de variação e mudança linguísticas.

Isso perdurou por mais de dois milênios e somente no período de transição entre os séculos XIX e XX esse postura começa a ser criticada e revista com o surgimento e desenvolvimento da Linguística, já que o seu método de análise “procura descrever e explicar os fatos: os padrões sonoros, gramaticais e lexicais que estão sendo usados, *sem avaliar aquele uso em termos de um outro padrão: moral, estético ou crítico*” (PETTER, 2002, p. 17, grifo nosso).

Neste sentido, a análise realizada pelo estudioso da linguagem ocorre por meio da observação da língua em uso, na modalidade escrita e também falada, abstendo-se para isso de quaisquer preconceitos ou visões reducionistas acerca dos fenômenos languageiros, defendendo-se ainda que “a língua escrita não pode ser modelo para a língua falada” (PETTER, 2002, p. 20). O que fazer então? Retirar do currículo escolar de Língua Portuguesa o que corresponde à Gramática Tradicional?

Sobre esse questionamento, Bagno (2001) argumenta que a escola não pode negligenciar o ensino da norma padrão, visto que ela representa não só um conjunto de regras preestabelecidas, mas também um conjunto de conhecimentos acumulados historicamente que constituem um legado cultural a que os falantes de uma dada comunidade devem ter acesso para “se apoderar de pleno direito na produção/condução/transformação da sociedade de que fazem parte” (BAGNO, 2001, p. 59). Neste sentido, o domínio da GT apresenta assim um caráter político, já que a vida em sociedade é composta por uma diversidade de esferas de comunicação e atuação humana (BAKHTIN, 2010) e, em algumas delas, para a plena participação, é requerido o domínio da norma padrão.

O problema estaria, então, no ensino gramatical mecanicista, o qual é alheio às práticas discursivas de linguagem. Por conseguinte, o mais importante é “o que, para que e como ensiná-la” (BRASIL, 1998, p.28). Daí a importância de o Curso de Letras preparar teórico e metodologicamente os futuros professores de língua, de modo que estes superem o modelo de ensino de Gramática Tradicional que “simula” a comunicação linguística. Dessa modo, a academia poderá contribuir para uma mudança significativa no modo como a gramática é ensinada/aprendida no que diz respeito ao ensino de língua materna, o qual segundo Furtado da Cunha (2007, p. 14-15):

tem, em geral, tratado as questões gramaticais de modo artificial, distanciando-as das situações de uso, e, assim, deixando de considerar justamente os aspectos centrais de sua natureza: as relações entre formas e funções dependem da gama de fatores que interferem em cada situação comunicativa.

É assim que o linguista Bagno (2001) defende o que ele denomina de “ensino crítico da norma padrão”, o qual implica considerar a língua em sua heterogeneidade e questionar a legitimidade da norma padrão sobre as formas não padrão, tendo em vista os processos históricos, sociais, ideológicos e políticos envolvidos na constituição da Gramática Tradicional e, para Furtado da Cunha (2007), levar em consideração os fatores discursivos, pragmáticos e funcionais envolvidos no uso da língua.

Neste sentido, aprofundaremos nos tópicos subsequentes deste artigo a relação entre o ensino da GT e a vertente funcionalista da Linguística, de modo que possamos ter uma nuance de algumas contribuições dos estudos e pesquisas dessa área para a compreensão dos fenômenos languageiros e para a melhoria no ensino da Língua Portuguesa. Todavia, torna-se pertinente discutirmos *a priori* o modo como a linguagem é compreendida pelo funcionalismo linguístico.

3 A linguagem sob a ótica funcionalista

A Linguística, enquanto ciência interessada pelo estudo da linguagem verbal humana (PETTER, 2002), é constituída por diferentes vertentes teóricas, e embora cada abordagem apresente visões próprias acerca dos fenômenos linguísticos, todas apresentam o mesmo objeto de estudo: a língua. De forma mais específica, tendo em vista as polêmicas em torno do formalismo e funcionalismo, Votre e Naro (2012) advogam que essas propostas de estudo apresentam importantes contribuições para a compreensão da linguagem verbal humana. Entretanto, o funcionalismo constitui uma corrente linguística que, de modo diferente ao estruturalismo e ao gerativismo, interessa-se pelo estudo da estrutura gramatical da língua tendo em vista a sua relação com o contexto comunicativo em que ela é utilizada, postulando assim as “correlações entre função e forma” (NARO; VOTRE, 2012, p. 45).

Segundo Furtado da Cunha (2012), a linguagem é concebida pelos funcionalistas enquanto instrumento que possibilita a interação social. Dessa forma, seu enfoque segue uma tendência de estudo linguístico que admite e analisa as relações existentes entre linguagem e sociedade, antes desconsideradas pelas abordagens linguísticas de cunho formalista. Logo, sua investigação não se detém à estrutura linguística, ultrapassa-a, uma vez que a configuração desta está fortemente vinculada a fatores contextuais presentes na situação comunicativa. Por conseguinte, o funcionalismo “procura explicar regularidades observadas no uso interativo da língua, analisando as condições discursivas em que se verifica esse uso” (FURTADO DA CUNHA, 2012, p. 157).

Neste sentido, tendo em vista que o funcionalismo relaciona seu corpus de análise (enunciados e textos) às funções desempenhadas por estes em práticas efetivas de comunicação, suas pesquisas lidam via de regra com dados de fala ou escrita pertencentes a situações reais de interação social, evitando assim o trabalho “frases feitas” (FURTADO DA CUNHA, 2012).

De modo didático, Furtado da Cunha (2012, p. 158) resume em dois os principais pressupostos da análise linguística de cunho funcionalista: “a) a língua desempenha funções que são externas ao sistema linguístico em si; b) as funções externas influenciam a organização interna do sistema”. Dessa forma, a autora alude ao fato de que a língua não é analisada sob uma perspectiva imanente, como autônoma, de dependências internas e independente de fatores sociais característicos da comunidade de falantes que efetivam o seu uso e dos fatores pragmático-discursivos implicados nesse processo. Pelo contrário, a língua é

tida como maleável e sensível a fatores externos à sua estrutura (extralinguísticos e pragmáticos), ressaltando-se dessa forma o seu caráter adaptativo aos mais diversificados eventos interativos nos quais se concretiza a comunicação humana.

Longe de ser uma teoria homogênea e estática, Furtado da Cunha (2012) afirma que a abordagem funcionalista da linguagem apresenta diferentes propostas teóricas no que tange à natureza da linguagem, aos objetivos de análise, métodos, e dados a serem contemplados na análise linguística. Dessa forma, a autora defende a existência de visões funcionalistas diferenciadas, relacionadas a: a) modelos teóricos mais antigos, os quais dão ênfase à associação entre funções e organização interna da língua, como é o caso da Fonologia de Praga; b) modelos mais atuais, que ao estudarem as funções desempenhadas pela linguagem consideram em maior ou menor grau a dimensão cognitiva do ato comunicativo.

No plano geográfico, grosso modo, o enfoque funcionalista da linguagem apresenta, pois, duas grandes vertentes: a) Funcionalismo Europeu, que tem como principais linguistas Mathesius, Trubetzkoy, Jakobson, Halliday, Dik etc.; e b) Funcionalismo Norte-americano, o qual será discutido no tópico subsequente.

4 A Linguística Centrada no Uso e o conceito de gramática emergente

A expressão *Linguística Funcional Centrada no Uso* (doravante LFCU) refere-se a um modelo teórico funcionalista de análise das línguas, também denominado por alguns estudiosos da área de *Linguística Cognitivo-Funcional*, em virtude de essa abordagem resultar da união do conhecimento científico-acadêmico desenvolvido nos estudos de representantes da Linguística Funcional – Givón, Hopper, Thompson, Chafe, Bybee, Traugott, Lehmann, Heine, entre outros – e de autores conceituados da Linguística Cognitiva – Lakoff, Langacker, Fauconnier, Goldberg, Taylor, Croft etc (FURTADO DA CUNHA; BISPO; SILVA, 2013).

Furtado da Cunha, Bispo e Silva (2013, p. 14) destacam que o funcionalismo norte-americano ganhou projeção na década de 1970, designando pesquisas interessadas em “analisar a língua do ponto de vista do contexto linguístico e da situação extralinguística”, visando o entendimento da configuração da língua mediante a proposição do estudo simultâneo do discurso e da gramática, partindo do pressuposto de que há uma relação simbiótica (influência mútua) entre esses dois componentes.

Já a Linguística Cognitiva, também tem o seu surgimento na década de 1970, e compreende o “comportamento linguístico” enquanto reflexo da cognição humana. O uso da língua é efetivado mediante o desenvolvimento de estratégias cognitivas, as quais são

caracterizadas como “procedimentos relativamente automatizados que se utilizam para realizar coisas comunicativamente” (FURTADO DA CUNHA; BISPO; SILVA, 2013, p. 14). Estas habilidades cognitivas, por sua vez, são adquiridas pelo falante à medida que este desenvolve sua aptidão/aprendizagem no que tange ao uso de sua língua.

Essas correntes supracitadas convergem no que diz respeito a alguns pressupostos teórico-metodológicos, dentre os quais se destacam: a defesa de que a sintaxe não é autônoma; a consideração dos aspectos semântico-pragmáticos em suas análises; o fato de que léxico e gramática não são domínios estritamente distintos, entre outros. Por conseguinte, chama-nos atenção o princípio básico da LFCU segundo o qual a estrutura da língua emerge a partir do seu uso. Dessa forma, a gramática da língua não está pronta ou acabada, nem tampouco se confunde com a chamada Gramática Tradicional de cunho normativo.

A LFCU considera, pois, a influência dos fatores extralinguísticos na constituição estrutural da língua, na modalidade falada ou escrita, defendendo ainda que “a gramática de uma língua é constituída tanto de padrões regulares no nível dos sons, das palavras e de unidades maiores, como os sintagmas e as orações, *quanto de formas emergentes, em decorrência da atuação desses fatores*” (FURTADO DA CUNHA; BISPO; SILVA, 2013, p. 15, grifos nossos).

Neste sentido, o conceito de gramática postulado pelo aparato teórico funcionalista diz respeito ao “*conjunto de regularidades fixadas e definidas pela comunidade linguística como as formas ritualizadas de uso, ou seja, aquelas que se tornam rotineiras e se constituem como valor de troca e interação entre os usuários*” (RIOS DE OLIVEIRA; WILSON, 2012, p. 236, grifos nossos). Por conseguinte, apresentamos a seguir, mesmo que brevemente, resultados de pesquisas de alguns estudiosos da Linguística Funcional, os quais nos ajudam a compreender a importância da abordagem funcionalista, no que tange ao ensino de gramática, frente a algumas lacunas apresentadas pela Gramática Tradicional.

5 Algumas contribuições do Funcionalismo para o ensino de gramática

De acordo com Oliveira e Cezario (2007), os estudos funcionalistas lidam com a estrutura gramatical a partir das situações reais de comunicação, considerando em sua análise o objetivo da interação, os participantes envolvidos e o contexto discursivo. Neste sentido, o funcionalismo amplia o olhar sobre a língua, se comparado com a posição assumida pela GT, pois esta considera somente a variedade padrão. Assim, os postulados funcionalistas constituem um aparato teórico a mais ao professor de Língua Portuguesa para o trabalho com

a variação linguística em sala de aula, pois fornecem a este uma melhor compreensão dos fenômenos variacionais linguísticos e seus funcionamentos.

Tendo em vista ainda que Brasil (1998) parte do pressuposto de que a unidade básica do ensino de português é o texto, pertencente a um dado gênero textual, e que este por sua vez apresenta estrutura relativamente estável (BAKHTIN, 2010), um outro conceito funcionalista que pode contribuir para o ensino linguístico diz respeito à *frequência de uso*. Neste sentido, Oliveira e Cezario (2007, p. 103) defendem que a partir do trabalho com diferentes gêneros textuais, os alunos entrarão em contato com uma quantidade significativa de “estruturas que se repetem de acordo com a especificidade do gênero”, permitindo assim a análise das palavras ou expressões mais características de um determinado gênero. Isso permite a “fixação de modelos textuais” e conseqüentemente um uso mais eficiente da língua nas diversas situações comunicativas da vida em sociedade. Um trabalho, então, com a criação e aprimoramento de rotinas linguístico-cognitivas dos alunos.

Um outro conceito funcionalista que muito contribui para o entendimento dos processos de variação e mudança linguística diz respeito à *gramaticalização*, a qual se refere ao processo por meio do qual “um item do léxico é usado com função mais gramatical ou um item da gramática muda seu papel funcional, tornando ainda mais gramatical” (OLIVEIRA; CEZARIO, 2007, p. 103). Tomamos como exemplo o item “aí”, que na maioria que na maior parte das gramáticas normativas é classificado como *advérbio de lugar*, enquanto pesquisas da área do Funcionalismo apontam outras funções para este item, dentre elas a de assumir o papel de marcador discursivo ou de conector, como podemos perceber na excerto abaixo, extraído do *Corpus Discurso & Gramática – a língua falada e escrita na cidade do Natal (D&G)*:

eu não coloco óleo ... não coloco ... não coloco ... aí eu deixo ferver num sabe? aí já tá no sal a água ... deixo ferver lá ... aí fico arrumando a casa fazendo coisa ... (...) ... antes eu tenho que quebrar ... pra coisar né? aí eu ... boto ... fica lá ... aí eu dou uma mexidinha ... (Corpus D&G, p. 350).

Neste sentido, notamos como que a compreensão da gramaticalização pode subsidiar a compreensão do professor de português, fazendo com este perceba os limites da GT frente os fenômenos languageiros, sobretudo se levarmos em consideração a “multicategorização e multifuncionalidade” de alguns itens linguísticos, conforme salientam Furtado da Cunha e Tavares (2007, p. 37).

O funcionalismo contribui também para a compreensão das classes de palavras de modo não tão estanque e rígido como se percebe na GT. Essa compreensão advém do

conceito de *prototipicidade*, o qual analisa estas classes a partir de um *continuum*. Por conseguinte,

por conta do contínuo típico da mudança categorial, a divisão de palavras em classes não deve resultar em categorias estanques. O professor pode apontar a relação existente entre diversas classes (como adjetivo e advérbio, advérbio e conjunção, etc) e esclarecer que há palavras que possuem propriedades de duas delas, talvez por que estejam migrando de uma à outra. (FURTADO DA CUNHA; TAVARES, 2007, p. 37).

Dessa forma, podemos corroborar com a afirmação de Oliveira e Cezario (2007, p. 106), segundo a qual “é possível associar os resultados da pesquisa linguística de orientação funcionalista aos objetivos atuais do ensino-aprendizagem de português para os níveis Fundamental e Médio”.

Considerações finais

Tendo em vista a discussão aqui empreendida, no que se refere tanto ao percurso histórico acerca dos estudos da linguagem como ao ensino escolar da GT, podemos, de forma didática, resumir em três as relações existentes entre a Gramática Tradicional e a Linguística ao longo da história.

A primeira é a de *proximidade*, uma vez que ambas surgem do interesse pelo estudo da linguagem, mesmo que com interesses distintos, como é o caso da gramática, que como discutimos, tem na sua origem o desejo de “cristalizar” a língua, na tentativa de “protege-la” da mudança.

O segundo tipo de relação é marcado por um *distanciamento*, sendo perceptível nas posturas *normativa x explicativa* assumidas pela GT e pela Linguística, respectivamente, no trato dos fenômenos languageiros.

Por sua vez, o avanço nos estudos linguísticos vem contribuindo significativamente para o ensino de língua. É o caso, por exemplo, como discutimos, de pesquisas provenientes da vertente funcionalista da Linguística, que por meio de conceitos como frequência de uso, gramaticalização, multicategorização ou multifuncionalidade e prototipicidade, auxiliam em uma compreensão mais sistemática acerca dos fenômenos languageiros, combatendo posturas reducionistas apresentadas pela GT.

Esta última consiste em uma relação de *complementaridade*, através da qual os estudos da ciência da linguagem fornecem, direta ou indiretamente, subsídios teórico-

metodológicos para o ensino de gramática, e de modo mais geral, para o ensino língua materna.

Referências

BAGNO, Marcos. **Português ou Brasileiro?** Um convite à pesquisa. São Paulo: Parábola Editorial, 2001.

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovitch. Os gêneros do discurso. In: **Estética da criação verbal**. Tradução de Paulo Bezerra. 5. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010, p.261-306.

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais:** terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CARBONI, Florence. **Introdução à Linguística**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

FURTADO DA CUNHA, M. A.; TAVARES, M. A. (Orgs.). **Funcionalismo e ensino de gramática**. Natal: ADUFRN, 2007.

FURTADO DA CUNHA, Maria Angélica. Funcionalismo. In: MARTELOTTA, Mário Eduardo. **Manual de linguística**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2012. p. 157-176.

_____; BISPO, Edvaldo Balduino; SILVA, José Romerito. Linguística Funcional Centrada no Uso: conceitos básicos e categorias analíticas. In: CEZARIO, Maria Maura; FURTADO DA CUNHA, Maria Angélica (Orgs.). **Linguística centrada no uso:** uma homenagem a Mário Martelotta. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2013. p. 13-39.

NARO, Anthony Julius; VOTRE, Sebastião Josué. Mecanismos funcionais do uso da língua: função e forma. In: VOTRE, Sebastião Josué (Org.). **A construção da gramática**. Niterói: Editora da UFF, 2012. p. 43-48.

OLIVEIRA, Mariangela Rios de; CEZARIO, Maria Maura. PCN à luz do funcionalismo linguístico, **Linguagem & Ensino**, v. 10, n.1, p. 87-108, jan.-jun. 2007.

PETTER, Margarida. Linguagem, língua, linguística. In: FIORIN, José Luiz (Org.). **Introdução à Linguística**. São Paulo: Contexto, 2002. p. 11-24.

RIOS DE OLIVEIRA, Mariangela; WILSON, Victoria. Linguística e ensino. In: MARTELOTTA, Mário Eduardo. **Manual de linguística**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2012. p. 157-176. p. 236-242.